



O BRASIL SEM CORREÇÃO MONETÁRIA

Empréstimo externo financiará imóveis

Brasília será diretamente beneficiada por uma das medidas que o governo anuncia hoje na nova fase do Plano Real — a permissão para que empresas imobiliárias tomem empréstimos no exterior para a construção de casas e edifícios.

Novos bairros como o de Águas Claras poderão ter sua construção acelerada a partir do momento em que empresas brasileiras tiverem acesso aos empréstimos externos, cujas taxas de juros são mais baixas do que as brasileiras.

Os líderes dos partidos que apoiam o governo no Congresso e os líderes do governo ouviram ontem em primeira mão os detalhes da medida provisória e das medidas complementares que o governo vai tomar para acabar com a indexação da economia brasileira (o reajuste automático de contratos pela inflação passada).

Os recursos serão emprestados para a construção dos prédios, não para a compra de casas ou apartamentos pelos consumidores. O financiamento externo será adequado também ao financiamento de hotéis e centros comerciais.

Antecipação — Os ministros Pedro Malan, da Fazenda, e Paulo Piva, do Trabalho, acompanhados de assessores, apresentaram a medida provisória ao parlamentares. O governo espera facilitar a aprovação da MP pelo Congresso com a informação aos líderes.

As medidas serão anunciadas hoje às 11h pelos ministros da Fazenda, Trabalho e Planejamento, em entrevista no Palácio do Planalto.

A medida provisória, de 17 artigos, vai proibir que os contratos — salariais ou de qualquer natureza — prevejam reajustes em prazos menores do que um ano.

Alguns dos líderes de partidos que

Eraldo Peres



Malan reuniu líderes partidários ontem à noite para explicar medidas

ouviram ontem a explicação de Malan não ficaram satisfeitos com a liberação total das negociações salariais.

Mediador — Eles temem que o trabalhador seja prejudicado. O problema está na figura do mediador, criado pela nova legislação para tentar arbitrar conflitos trabalhistas num prazo de 30 dias antes do recurso à Justiça do Trabalho.

Os parlamentares temem que o mediador acabe pendendo para o lado do patrão.

O salário mínimo e os vencimentos dos servidores públicos poderão acabar tendo alguma proteção determinada na MP.

O líder do governo na Câmara, Luiz Carlos Santos (PMDB-SP) afirmou que “apresentamos uma série de sugestões ao ministro Malan e algumas delas poderão ser acatadas”.

Alguns parlamentares preferem ver na MP um índice que proteja o salário mínimo e o dos servidores. Atualmente eles estão indexados ao IPC-r, que será extinto.